



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

ATA Nº3/2022

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS.-----

-----Ao vigésimo sexto dia do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, e sendo 18h, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à reunião ordinária com a ordem de trabalhos abaixo indicada, à qual compareceram os membros da Assembleia de Freguesia, Senhores Luís Armando Rodrigues Soeiro, Cecília Maria Antunes Soeiro Matos, Inácia Pereira Gonçalves Ricardo, David Manuel Pina Laranjeira, Elviro de Jesus Casaca, Augusto Aurélio Rainho, Rute Isabel Morgado Alves Neves Engrácio e Ernesto Morgado Marques Pereira. As Senhoras Mariana Soeiro Varela e Beatriz Peguinho Mendes e o Senhor Leandro Lopes apresentaram pedidos de substituição com as respetivas justificações. O Senhor David Silvestre informou não poder estar presente, por motivos profissionais.-----

1-Apreciação e tomada de conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Freguesia e da situação financeira, nos termos do artigo 9.º n.º 2, alínea e) da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

2-Apreciação e tomada de conhecimento das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, aditado pela Lei n.º 12/2020, de 7 de maio. -----

-----INICIO DE REUNIÃO-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia coloca a ata da sessão anterior em votação sendo aprovada **com três abstenções**. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----O Senhor Presidente lê um mail que foi enviado pelo Presidente da Mesa da Assembleia da Associação de Caçadores de Galveias: *“Na Assembleia Geral da Associação de Caçadores de Galveias, realizada no passado dia 30 de abril, os presentes tomaram conhecimento da decisão do órgão a que V. Exa. preside não prosseguir o*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

protocolo da guardaria das herdades sob a responsabilidade do guarda desta associação, nos termos previstos e acordados no protocolo existente entre as duas entidades. Este facto determinou a decisão desta associativa em proceder à extinção desta função de guardaria, por não termos condições financeiras de suporte da despesa e ao conseqüente despedimento do trabalhador, com a assunção do pagamento da devida indemnização. Considerou-se, no entanto, que é necessário e indispensável a vigilância cinegética adequada dos recursos existentes. Decidiram os presentes, para além da transmissão do desacordo em relação à decisão de V. Exas, propor e requerer que a vigilância do património rural, agora a cabo exclusivo do pessoal da Junta, se estenda também ao património cinegético e à verificação e acompanhamento da sinalização obrigatória determinada por Lei ou outras determinações legais da tutela, de modo a que as infrações que venham a ser verificadas nas referidas herdades no sector cinegético, e que sejam dependentes da direção da associação, nos sejam devidamente participadas, que as encaminhará a quem de direito, se for caso disso. Mais se propõe, no caso de aprovação por V. Exa. que este nosso pedido seja objeto de protocolo adequado entre as partes”.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia solicita que, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, esclareça os membros da Assembleia sobre o assunto em questão. -----

----- A Senhora Presidente explica que: *“Há aqui uma incorreção logo no primeiro parágrafo, quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da Associação de Caçadores refere que existiria um protocolo de guardaria entre a Junta de Freguesia e a Associação. Não há nenhum protocolo de guardaria. O que a Associação de Caçadores fez durante muito tempo com a Junta de Freguesia foi um contrato de prestação de serviços. E isto deveu-se ao facto de a Junta de Freguesia ter em curso um procedimento concursal - que culminou na contratação de trabalhadores no passado Verão - e esse procedimento concursal previa também a inclusão de um guarda-florestal, porque a Junta de Freguesia tinha essa lacuna. Neste momento, esse contrato está firmado, o trabalhador está ao serviço e o que foi transmitido à Associação de Caçadores foi que no final do ano passado, manteríamos o contrato até final do ano, e no final do ano o*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

contrato foi rescindido, por essa razão. É claro que nesta situação existe a vida de um guarda que é funcionário da Associação de Caçadores – ou, neste momento, segundo parece, já não o é – mas que não é da responsabilidade da Junta de Freguesia assegurar o contrato desse trabalhador, sabendo nós que para a Associação de Caçadores, se havia essa dificuldade, teria que ser a Associação de Caçadores a resolver esse problema. O que existia era um contrato de prestação de serviços, em que a Associação de Caçadores se comprometia a complementar o trabalho da guardaria do guarda da Junta de Freguesia, para poder, complementar esse trabalho. Esta missiva vai ter resposta escrita, dado que a Junta de Freguesia já recebeu uma cópia e já avaliou esta situação, vamos responder e explicar ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da Associação de Caçadores que, não tínhamos nenhum protocolo de guardaria, tínhamos sim um contrato de prestação de serviços. Esta é a base de partida e, não incumbe à Junta de Freguesia resolver o problema que a Associação de Caçadores tem com o seu próprio guarda. Por outro lado, também não pode, de acordo com o que vem na sequência e nos parágrafos seguintes, não pode a Junta de Freguesia assumir a guardaria dos bens ou dos materiais cinegéticos, porque essa não é a sua função. Tanto mais, que a Associação de Caçadores utiliza as terras da Freguesia de Galveias, com base em protocolos assinados há bastantes anos - que não foram assinados por este mandato nem pelo mandato anterior, vigoram já há muito tempo - mas as regras da Associação de Caçadores, a forma como a Associação de Caçadores faz a guardaria dos seus bens, tem que ser a Associação de Caçadores a assegurar. E, posto isto, entra aqui, de certa forma, a responsabilização da Junta de Freguesia pelo despedimento do guarda da Associação de Caçadores, que não incumbe de modo nenhum à Junta de Freguesia de Galveias. Incumbe, à Associação de Caçadores resolver o problema dentro do seu procedimento normal e daquilo que tem de comprometido com o trabalhador se o despediram, se decidiram por uma indemnização, etc., o contrato de prestação de serviços pelo qual a Associação nos prestava trabalho de guardaria, chegou ao seu término, por esta razão. É conhecido que no Verão de 2021, 25 pessoas assinaram contratos com a Junta de Freguesia, que entraram na consequência do procedimento concursal que decorreu. E, um desses 25 trabalhadores é um guarda que está em exercício de funções e está a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

trabalhar e ficámos com essa lacuna resolvida.” Acrescenta que “Já tivemos na Junta de Freguesia reuniões com a Direção da Associação de Caçadores, e com caçadores não associados, Galveenses que estão, de certa forma, em contraposição com a Associação de Caçadores. Já decorreram reuniões sobre estes assuntos, naturalmente haverá mais, e à própria reunião da Associação de Caçadores vamos também transmitir esta posição da Junta de Freguesia. E esclarecer que a Junta não tem outras responsabilidades senão as que lhe incumbem, e uma coisa é a Associação de Caçadores operar e atuar nas terras da Freguesia de Galveias, outra coisa é, depois, esta tentativa de imputação de responsabilidade à Junta, nomeadamente na guardaria dos meios cinegéticos, que não nos incube.” -----

----- A Senhora Rute esclarece que solicitaram a gravação da Assembleia anterior porque precisam de esclarecer uma dúvida. -----

----- A Senhora Inácia Gonçalves solicita que seja esclarecida a situação do prédio da Avenida da Liberdade nº21, em Lisboa. -----

----- O Senhor David diz que há uma situação sobre a cortiça, pois diz-se que a cortiça foi abandonada, solicita que a senhora Presidente explique este assunto. -----

----- O Senhor Augusto diz que “*não tenho nada contra o escritor José Luís Peixoto, mas já há diversas obras ligadas a ele, propunha uma obra em nome do Senhor José Nunes, porque se não fosse ele a povoação de Galveias não tinha nada, acho que merece o nosso respeito. É que, qual é o meu espanto, fui ao cemitério, é que nem uma placa na sepultura.*” O Senhor Augusto pergunta também “*Como é que está a abertura a nível do polivalente e quem fiscaliza as obras, os trabalhos dos nossos trabalhadores durante a sua execução.*” Pergunta também como está o contrato da Tapada da Vinha, se já está concluído. -----

----- A Senhora Presidente explica o ponto de situação do Prédio da Avenida da Liberdade “*houve um procedimento público que decorreu, foi assinado um contrato com a empresa que ganhou o procedimento após um período longo de várias diligências, inclusive diligências judiciais. Neste momento, o contrato está assinado, a empresa tem*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

a posse do prédio e podemos informar a Assembleia de que está entregue na Câmara Municipal de Lisboa, desde o mês de novembro passado, o projeto que a empresa tem para a requalificação total do prédio. E o que está previsto, que a empresa aponta, são vários milhões de euros para o requalificar, mantendo, considerando e respeitando a traça, os seus conteúdos e a estrutura do prédio. No final do mês de maio ainda não tinham sido contactados ou informados pela Câmara Municipal de Lisboa sobre a decisão relativamente ao projeto que foi apresentado. Sabemos que os processos na Câmara de Lisboa são muito mais morosos do que nas Câmaras aqui da nossa região, também Lisboa é enorme, mas o que posso adiantar é isto. Já agora, eu sei que, também me chegou ao conhecimento que teria havido publicação nas redes sociais dizendo que o prédio que se mantém na mesma. Pois, se calhar, a pergunta do porquê desta situação deverá ser dirigida à Câmara Municipal de Lisboa. Sei também que a Câmara Municipal de Lisboa notificou a Freguesia de Galveias, também já dentro do mês de junho para a realização de uma vistoria e porque a Junta de Freguesia tinha já regularizado e contratualizado com a empresa a posse do prédio, foi encaminhada para a empresa essa mesma notificação. E sabemos, porque a empresa também nos prestou contas, que contactou os serviços competentes da Câmara de Lisboa para ajuizar e resolver o problema da notificação que havia para a vistoria, com a informação por parte da empresa de que aguardava a resposta do Município, relativamente ao projeto para poder passar a intervir, logo que lhe seja possível. Relativamente à cortiça, espero que o Sr. David Laranjeira esteja a referir-se à questão de uma empresa que começou a extrair cortiça nas terras da Freguesia de Galveias e que se foi embora e não cumpriu. E tivemos, de facto, essa dificuldade de lançamento dos procedimentos nos termos do Código dos Contratos Públicos, a que estamos obrigados. No dia 29 de março foi assinado um contrato entre a Freguesia de Galveias e a empresa Florestas Verdejantes, que foi das duas empresas que concorreram para a extração de cortiça, foi a que cumpriu os requisitos colocados no programa do caderno de encargos. E, essa empresa terá subcontratado, para a execução dos trabalhos, uma empresa aqui da nossa região, porque essa empresa Florestas Verdejantes está sediada em Belmonte. E, o que aconteceu foi que esse subcontratado não terá cumprido ao início a extração de cortiça,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

porque, inclusivamente, assumiu compromisso com a Florestas Verdejantes. Na sequência disso contactou os serviços de agricultura da Freguesia de Galveias e um dos critérios que está colocado no caderno de encargos é o prazo de execução da extração de cortiça, que previa que fosse de 1 de junho a 15 de julho. E esse subcontratado afirmou aos nossos serviços de agricultura que não tinha condições para iniciar a extração no dia 1, porque tinha outros compromissos, mas que começaria no dia 15 ou, no máximo, no dia 20. Acontece que no dia 21, nós sabíamos que tinham passado estas duas datas e a cortiça não estava a ser extraída, foi extraída uma pequeníssima quantidade. E contactámos quer o subcontratado - apesar de não ter qualquer ligação ou qualquer relacionamento com a Freguesia de Galveias, mas para tentar perceber qual era a situação. Apesar de a equipa que colocaram inicialmente era muito pequenina, e para extrair as mais de 30 mil arrobas que estão previstas para extrair, o tempo estava a esgotar-se. E precisávamos, de ter certezas, porque também, ao mesmo tempo, a Freguesia já está responsabilizada com a compradora da cortiça extraída e um incumprimento geraria outro. E, dentro desta situação desenvolvemos vários contactos, quer com o subcontratado quer com a própria empresa que assinou o contrato connosco e chegámos à situação de que a empresa nos pediu a rescisão do contrato, por reconhecer que não tinha condições para fazer a extração da cortiça como se tinha comprometido. Alegando muito trabalho, falta de pessoas, que os preços que se paga aos tiradores que são muito altos, e não estavam previstos estes valores quando assumiu o compromisso. As despesas dos combustíveis também aumentaram e, não tinha condições. Claro que isto para nós, não podia servir de coisa nenhuma, e só na sexta-feira é que nos chegou a comunicação a pedir a rescisão do contrato. Claro que, isto gerou aqui prejuízos que a Junta de Freguesia vai fazer valer, mas ao mesmo tempo criou uma possibilidade de solução, que estamos já a trabalhar nela, e amanhã vai ficar concluída uma primeira fase desse trabalho, que é encontrar um novo procedimento para garantir a extração da cortiça. Depois, relativamente às questões colocadas pelo Sr. Augusto, eu não percebi qual é a questão, relativamente ao José Luís Peixoto, se é discordância por haver várias coisas com o nome dele, é isso?" -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor Augusto explica que *“não é discordar, atenção, que eu não tenho nada contra o José Luís Peixoto. Pelo contrário, aliás, até poderia ter, não sendo daqui de Galveias, eu acho que ele fala pouco de Galveias e no concelho de Ponte de Sor, e Galveias tem-lhe dado mais do que ele tem nos dado a nós, não é nada contra ele.”* ----

----- A Senhora Presidente explica que em relação ao escritor José Luís Peixoto é a visão do Sr. Augusto, *“respeito a sua opinião. Mas, tomaram todas as Freguesias terem um escritor José Luís Peixoto, com outro nome qualquer, para poderem ser promovidas e divulgadas como o escritor José Luís Peixoto tem feito relativamente à nossa terra. É a parte dele, que ele assumiu, que podia não querer, podia não fazer. Mas tem feito, e ainda bem que Galveias tem este escritor para poder ingressar na Rede Literária do Alentejo e Ribatejo, com o projeto que está em curso e as obras que estão a decorrer. É conhecido de toda a gente que as obras estão em curso para a criação do Centro de Interpretação da sua obra, porque, apenas como notinha de rodapé relativamente ao escritor José Luís Peixoto, basta dizer que só o livro com o título “Galveias” está traduzido em 23 idiomas. É uma coisa de monta, que nos orgulha a todos e que os Galveenses, devem orgulhar-se de ter um conterrâneo com esta projeção e com este trabalho dedicado à sua terra. Mas, de qualquer modo, a consideração do Sr. Augusto respeito-a perfeitamente, é a sua visão. Tudo bem. Relativamente ao Sr. José Nunes, gostaria também de lhe fazer uma pequena correção. O Sr. Augusto Rainho não nasceu em Galveias, ouviu falar e certamente poderá ter conhecido pessoalmente o Sr. José Nunes. Eu também o conheci. Mas, em nome da verdade, não diga que “se não fosse ele, a Junta de Freguesia não tinha herdades”. Porque o que o Sr. José Augusto Nunes fez foi ser secretário particular do Comendador Sr. José Godinho de Campos Marques, que era o proprietário, ele e a sua família, do que ficou legado em testamento à Freguesia de Galveias, e o Sr. José Augusto Nunes ficou, como o gestor da herança durante um tempo. Mas era uma herança que não lhe pertencia e de que ele também usufruiu e ele também, enfim, arrecadou alguns resultados. Mas, à sua chamada de atenção, e relativamente à falta de uma placa no cemitério, normalmente, quem cuida das sepulturas de quem está sepultado no cemitério, são as famílias, não cabe à Junta de Freguesia, nem a qualquer outra entidade ou a qualquer outra pessoa, cuidar do sepulcro do Sr. José Augusto*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Nunes. Com o devido respeito, e sem menosprezar todo o papel que o senhor teve na nossa terra, e que é também ele alvo de muitos pontos de vista, iguais ao seu e diferentes do seu, e também diferentes do meu e de outros. Isto vale o que vale e é assim, mas, de qualquer maneira, não cabe à Freguesia de Galveias e à Junta de Freguesia cuidar da sepultura do Sr. José Augusto Nunes. Até o próprio jazigo da família Marques Ratão não está aos cuidados da Junta de Freguesia, está ao cuidado de outra entidade. A Junta de Freguesia coopera, e ajuda, e colabora, como é normal, mas cada função no seu lugar. Relativamente às pinturas que decorrem, e quem fiscaliza, nós temos os encarregados da Junta de Freguesia e os responsáveis das equipas de trabalho que o vão distribuindo, de acordo com o que está por fazer e que vão, depois, acompanhando a sua execução. E a pintura do polivalente é uma das atividades que estão em curso, e é o que lhe posso dizer. Está a ser feita, a pintura e a recuperação, e o restauro e o tratar de fendas que existem por lá também, e nas canalizações, e nos balneários, e etc., tudo isso tem sido feito com o trabalho e com os meios da Freguesia de Galveias e os trabalhadores da Junta. E é assim que continuará, não lançámos nenhuma empreitada, não adjudicámos a empresa nenhuma, são os serviços da Junta que o fazem e que por vezes também fazem lá, quando é preciso vão a outro sítio, depois voltam para lá. Relativamente ao contrato da Tapada da Vinha, eu acrescentaria também a Tapadinha de Santo António, ou a Tapada de Santo António, que são dois procedimentos que estão em curso, e que nós estamos a tratar. Mas, quer a Tapada da Vinha, quer a Tapada de Santo António estão em fase, e estamos a aguardar que venha cá o topógrafo para lhe fazer as devidas marcações, porque na Tapada da Vinha o procedimento que foi para o arrendamento, não inclui a área toda da Tapada da Vinha. Porque nesse terreno situa-se o recinto das festas, que também está acordado com o Município de Ponte de Sor a realização de uma obra de requalificação de melhoramento do recinto das festas e que ocupa, e vai ocupar, naturalmente, uma parte daquela terra. E é, tendo em conta a junção das duas coisas que o topógrafo vai fazer a marcação do que será para o arrendamento e para a colocação da cerca, para ficar uma coisa dum lado, outra coisa do outro. E, relativamente à Tapada de Santo António – já agora, não perguntou, mas eu posso acrescentar, porque foram os procedimentos lançados ao mesmo tempo – a Tapada de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Santo António é porque está em curso a preparação, o tratamento e a concretização de uma aspiração de longa data dos moradores da rua e que têm os quintais para a Tapada de Santo António, que é a criação de uma rua de serventia que possa dar acesso a todos os quintais, nomeadamente alguém que compre uma tonelada de lenha, em vez de a despejar na porta da rua e atravessar a casa a pôr a lenha no quintal, criar condições para uma rua de serventia, para que essas ações possam ser feitas pelo quintal, nomeadamente. E, dentro disso, na rua de serventia, que já está marcada, já andam lá também os trabalhadores da Freguesia de Galveias a fazer esse trabalho. O topógrafo quando vier faz a marcação, para permitir o arrendamento da parte da terra, para poder ser separada por uma cerca também da própria rua de serventia. É isto o que posso adiantar relativamente a estas questões. Aguardamos a vinda do topógrafo, isto é um trabalho especializado, e é contratado mediante de acordo com a disponibilidade do técnico que vem fazer esse tipo de trabalho. Logo que seja possível far-se-á a assinatura dos contratos.” -----

----- A Senhora Rute Engrácio sobre a eventual construção de uma casa mortuária, “nós pensamos e sugerimos um local, que eu não sei se é possível, mas é um local que não está a ser usado, que é na parte lateral da igreja matriz, de um lado tem o salão paroquial, do outro tem um lado que não é usado. Tem uma figueira, uma oliveira, a entrada tem um portão que nunca é usado. A entrada é um bocadinho estreita, mas depois alarga e tem todo o comprimento da igreja. Talvez sejam necessárias várias licenças, como é necessário em tudo, mas é um local que podia-se aproveitar para fazer a casa mortuária. É uma proposta nossa.” -----

----- Relativamente a esta questão da Casa Mortuária a Senhora Presidente explica que: “A Junta de Freguesia tem essa preocupação e esse objetivo e também tem acordo prévio com o Município para poder realizar essa obra. O que nos tem sido indicado por parte do Município, tendo em conta a possibilidade de o Município candidatar a financiamentos, seria a necessidade de ser uma casa devoluta que estivesse degradada para poder ser recuperada. Temos procurado algumas dessas soluções, temos algumas amostras que nos surgiram nos últimos dias, mas juntaremos a vossa proposta, porque,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

logicamente, o que não é propriedade da Freguesia, que a Junta não tem poder de administração direta, terá que ser avaliado. É sempre bem-vinda a sugestão, é mais uma hipótese com que ficamos para podermos, logo que possível, começar a tratar essas questões.” -----

----- A Senhora Rute diz que o salão paroquial quando foi construído era com essa intenção, mas *“começou-se a ter lá catequese e outras coisas.”* -----

----- A Senhora Presidente explica que se tem procurado junto de proprietários de casas degradadas, visto ter sido essa a indicação do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para podermos diligenciar no sentido de encontrar um espaço. Acrescenta que *“Só que o que está na vila com a situação de degradação, normalmente, é porque é propriedade de vários conjuntos de herdeiros, e o entendimento entre as pessoas, por vezes, não é fácil. E isso também dificulta, de alguma maneira, o desenvolvimento das ações. Mas, temos estado a trabalhar nesse sentido, e juntamos mais essa proposta, porque algumas diligências que já fizemos caíram por terra.”* -----

----- O Senhor Augusto Rainho pergunta como está o programa das Festas da Vila, visto que em vários locais do concelho já aparece os programas. -----

----- A Senhora Presidente explica que *“houve uma reunião no mês de abril, entre a Junta de Freguesia e as Associações da Freguesia de Galveias, e as Associações transmitiram nessa reunião que assumem constituir-se em comissão de festas, como vem acontecendo há muitos anos e essa comissão de festas está a trabalhar, neste momento. Não sei qual é o ponto de situação, mas sei que as Associações se comprometeram e estão a trabalhar. É verdade que já vemos por aí cartazes de outras Freguesias, mas também são festividades que acontecem mais cedo do que a de Galveias. Sabemos que será a partir do mês de agosto e o que está previsto relativamente à Freguesia, a Junta apoiará a comissão de festas, como sempre tem feito. As Associações estão a trabalhar nesse sentido, já na criação do programa para divulgar.”* -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou os presentes, que tenham interesse em usar da palavra, no período reservado para o efeito, que preencham a ficha de inscrição que está disponível na sala e a façam chegar à mesa.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

APRECIÇÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA ACERCA DA ACTIVIDADE DA FREGUESIA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ARTIGO 9.º N.º 2, ALÍNEA E) DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- A Senhora presidente elucida os presentes: *“Para além do que os Senhores Membros da Assembleia têm em vosso poder, sobre a situação financeira da Freguesia é boa, os senhores têm números até ao cêntimo. Na última atividade desenvolvida, poderei destacar aqui, para as pessoas que aqui estão e não têm acesso a esta informação, destacar do que foi decorrendo, alguns aspetos, nomeadamente a reunião que ocorreu com representantes do Turismo de Portugal relativamente ao projeto da obra literária do Centro de Interpretação José Luís Peixoto. E, já agora, deixar aqui também informação de que amanhã às 15 horas, a obra será visitada por 2 técnicos e, possivelmente, o Senhor Presidente da Região de Turismo do Alentejo e Ribatejo, que se deslocam aqui à nossa região a outros projetos que estão em curso, e que vêm também visitar a execução da obra na nossa Freguesia. Depois, poderia também aqui destacar, até porque isto já gerou alguns comentários relativamente a qual é a posição da Junta de Freguesia sobre esta questão, que tem a ver com o Sítio do Cabeção que circunda a Ribeira das Vinhas. Nós já tivemos contactos com proprietários e moradores que têm propriedades localizadas naquela zona, e que há ali uma certa discordância relativamente à existência ou não de um caminho, que pode existir ou não existir, servir ou não servir. Houve contactos que nos escreveram a pedir que a Junta interviesse nesse sentido e para esclarecer e resolver este problema, porque uns consideram que o acesso à sua propriedade se faria por determinada direção e que, entretanto, o vizinho do lado impediu. Nós não temos competências sobre esta matéria e o que podemos também dizer, naturalmente, contactámos com o Município, e também o ICNF, o Instituto*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Nacional da Conservação da Natureza, porque, da Natureza e das Florestas, é a entidade que supervisiona esta zona do Sítio do Cabeção. E porquê? Porque o Sítio do Cabeção é uma zona protegida do ponto de vista ambiental, e está sob a tutela direta do ICNF. Qualquer intervenção que possa ocorrer, que possa ser ali concretizada ou desenvolvida, tem que ter sempre a supervisão e a decisão prévia do ICNF. Nesta questão vale a pena deixar esta nota, porque, por vezes surgem comentários, e nós achamos sempre que a Junta de Freguesia, a entidade que está mais próxima, é a que pode resolver todos os problemas. O que for possível resolver pela Junta de Freguesia, resolveremos, no que podemos ajudar, ajudamos. Mas, há competências limitadas, em que nós não nos podemos imiscuir e vamos cooperando com as entidades e vamos também transmitindo a informação do que está a ser feito. Relativamente às existências dos bovinos, dos ovinos, os Senhores Membros da Assembleia têm em vosso poder toda a informação. Podemos dizer-vos que, neste momento, os efetivos bovinos reprodutores são 283 animais, os senhores têm o mapa na vossa posse, e dos ovinos entre machos e fêmeas reprodutores e futuros reprodutores que ficaram para casta, ascendem, neste momento, a 2826 animais. Dar nota de que foram vendidos ovinos de refugo, está em curso um procedimento, vamos ter um leilão de venda de crias de bovinos na próxima quinta-feira, depois daremos também informação do seu resultado. Decorreu a tosquia dos animais todos que são posse da Freguesia de Galveias e decorreu a bom ritmo. Depois, ao nível das realizações de todo o trabalho que é feito nas limpezas de ruas, isso está à vista de toda a gente, é um trabalho continuado diário. Relativamente ao Centro de Interpretação José Luís Peixoto, da obra do escritor, foi assinado no dia 29 de Abril o contrato com a empresa para a empreitada, as obras já decorrem. No mês de prevenção dos maus-tratos da infância e juventude, também partilhámos essas ações e também iluminámos a sede da Junta de Freguesia com a cor azul, foi o apelo que nos foi feito. No mês de maio inaugurámos 2 espaços que melhoram a qualidade do serviço prestado à população e também as condições de trabalho de quem trabalha nos serviços da Junta. No 1.º de Maio foi inaugurada a Casa do Outeiro, também para cumprir o desiderato de desativar a Casa da Cultura, para poder ser intervencionada com a obra que, entretanto, já lá está a decorrer. E os Casões da Cooperativa para instalar os serviços operativos que,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

seguramente, ganharam qualidade e melhores condições também, quer para a população, quer para os trabalhadores que aqui exercem funções. No Parque Aquático decorrem as obras de reabilitação dos escorregas, e tem havido também trabalho no sentido de reparar uma perda de água que o tanque recetor dos escorregas tem. É um problema velho, já fizemos várias tentativas de resolver o problema, não está ainda completamente solucionado. De qualquer maneira, o Parque Aquático abrirá nos próximos dias, mas está neste momento em curso os trabalhos finais relativamente aos escorregas. Também as casas de habitação social, começámos um plano de recuperação e de reabilitação de alguns interiores das casas que a Freguesia possui, nomeadamente junto aos Correios, e até nos Correios e no Posto de Saúde. Concretamente, trabalhos que levaram à criação de melhores condições para quem nas casas habita, permitindo a separação de filhos dos dois sexos, e a requalificação das instalações sanitárias de quem tem dificuldades de mobilidade, substituição de banheiras por poliban, aplicação de antiderrapantes, etc., está encerrado concurso, de acordo com o plano que foi estabelecido. Também decorre em Lisboa, nos prédios, porque temos que ter esta abrangência também da visibilidade e da visão do património no todo, com todas as dificuldades que existem, mas, ainda assim, decorrem trabalhos de recuperação da cobertura ou, pelo menos, de proteção da cobertura do prédio dos Remolares, n.º 28, uma vez que tem o telhado em muito mau estado. E pedimos à Câmara Municipal de Lisboa, já há tempo, a colocação de uma proteção que impedisse eventuais bocados da fachada que possam cair, e impedir que caíssem no chão, até que se resolvesse o problema da cobertura, mas esse pedido foi-nos indeferido. De qualquer maneira, está em curso a recuperação daquilo que é possível fazer, de acordo com os meios que a Freguesia possui daqueles prédios. E, já agora aqui, vem um acrescento. Na semana passada, e foi quinta-feira que soubemos disto, foi feita uma vistoria de rotina, para nós nada fazia prever que houvesse problemas, mas há. Uma vistoria de rotina aos sistemas de gás e, nomeadamente, ao sistema de gás da Visconde de Valmor, que ainda assim é o prédio que tem menos problemas, aparentemente. Mas, a coluna principal de distribuição do gás para os apartamentos, que tem sido vistoriada com regularidade, nesta vistoria de quinta-feira acusou uma fuga. Neste momento, os inquilinos do prédio



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

da Visconde de Valmor estão com o gás cortado, foi encontrada uma solução de recurso com gás de botijas, porque tem de ser feita uma reparação em todo o sistema de canalização do gás. A fuga foi encontrada na torre principal, que depois distribui para os apartamentos e iniciámos esse trabalho na sexta-feira e terá que se fazer a substituição da torre nesta próxima semana, um procedimento de urgência, e depois transferir todos, todos os apartamentos para garantir razões de segurança. Isto não era para nós uma prioridade até à quinta-feira passada, porque não havia nenhuma nota de que houvesse problemas na rede de gás, mas já tínhamos percebido que a rede de electricidade, a rede de comunicações, a rede de água e a rede de esgotos do prédio precisavam de ser tratadas. Lançámos procedimentos nesse sentido, e agora vamos ter que acrescentar e tornar mais urgente este do gás, por razões de segurança, naturalmente. Mas dizer que, ao nível do sistema elétrico, estamos a falar de apartamentos que, nalguns locais ainda têm fios enrolados em tecido. O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, que é electricista de profissão, saberá quantos anos é que esta instalação poderia ter. Tratámos de substituir de criar condições, porque estamos a falar, de facto, da segurança de quem lá vive. Depois, a rede da água também com vários problemas, canalizações muito velhas, também foi lançada uma empreitada para a substituir. E a rede de esgotos, estamos a falar de esgotos que ainda corriam em tubagens de grés. Para nós, estas situações eram urgentes. As telecomunicações, tratando a instalação da electricidade resolvia-se o problema ao mesmo tempo. Mas, agora acrescentamos aqui também a questão do gás, que surgiu e que estamos a tratar com toda a urgência, para resolver esta questão, porque quando a vistoria foi feita, naturalmente, a Lisboagás, que é uma das entidades que faz as vistorias fechou de imediato a torneira. E depois, era preciso assegurar àquelas pessoas que estão lá a viver, a possibilidade de continuarem a ter acesso a meios para utilizar, nomeadamente os banhos, porque se uma placa elétrica pode substituir um fogão a gás, os esquentadores precisam de funcionar e era preciso, de facto. Isto implica e implicou, que já está feito esse trabalho, a substituição de peças dos equipamentos, nomeadamente os esquentadores, para poder permitir em segurança, garantir o acesso ao aquecimento por via desta energia, mas também garantir a segurança das pessoas que lá vivem, garantir que a fuga não nos crie ali mais



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

nenhum problema. A avaliação foi feita à torre principal, depois de reposta e reconstruída aquela torre definitiva, terá que ser feita uma avaliação a cada um dos apartamentos, para poder assegurar. Estamos, neste momento, com uma prioridade sobre aquelas casas dando conta desta situação.” -----

APRECIACÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL, ADITADO PELA LEI N.º 12/2020, DE 7 DE MAIO. -----

----- A Senhora Presidente explica que “não houve alterações relativamente à Assembleia anterior, embora tenha havido alguns casos de covid, as coisas estão mais ou menos sob controle. Várias pessoas já passaram por essa situação, e os equipamentos e os materiais adquiridos ainda existem, porque não foi necessário tanto consumo, como se poderia prever e, portanto, recolhemos, naturalmente”.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Aberto o período de intervenção do público, a Senhora Joana Elisa pergunta: “Na ata n.º 12, já se falou na cortiça, mas eu vou fazer a pergunta pelo que tinha aqui e estou curiosa, por causa da cortiça amadia, bocados e virgem. Certamente que não tem as arrobas que ainda não extraíram, certo? E o preço por arroba. Portanto, o Vale de Penedo, Torre de Sepúlveda e o Olival de Santa Maria. Com a venda da cortiça legada à Freguesia de Galveias, qual a venda retirada, ou se estão com ideias ou se já retiraram para a conservação das propriedades? Cláusula 19.ª, disposição 2.ª, alínea b). Quanto ao prédio da Avenida da Liberdade, com o arrendamento do prédio, vão cumprir a vontade do testador? No caso de existir contrato de arrendamento e venha a existir e está ou estará salvaguardada a vontade do Sr. José Godinho de Campos Marques referente à Casa de Galveias, no primeiro andar esquerdo e direito do dito prédio? Cláusula 19.ª, disposição 5.ª, alínea a), página 14 do testamento. O recheio existente do primeiro andar da Avenida da Liberdade, o 21, que se encontra no Núcleo Museológico será transferido para a Casa de Galveias?” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor António João Mendes pergunta: “As casas da Flor da Rosa, que já estão entregues, que rendimento trazem à Freguesia de Galveias, Senhora Presidente? Soube agora aqui que já foi entregue o prédio de Galveias, deduzo que o cheque já foi descontado? O que é que tem a dizer Senhora Presidente agora que ouvi que, discordo inteiramente que o Sr. José Nunes, que prestou bastante serviço à Freguesia de Galveias e não, não prevê qualquer homenagem a isto. Ele talvez não tenha sido a pessoa que deixou, mas foi a pessoa que fez obra em Galveias, e fez obras para as pessoas, principalmente. Eu tive o prazer de privar com ele, várias pessoas, se ele usufruiu, Senhora Presidente, não tenho noção disso, mas penso que todos nós usufruímos do que ele fez em Galveias. Seja o dinheiro de A ou B, como a senhora também é Presidente, está agora a gerir o património do Senhor Comendador e já vimos aqui placas até de Presidentes de Junta. Portanto, não vejo qualquer inconveniente, até uma estátua ele merece, na minha opinião e de vários Galveenses, por isso penso que é um assunto a pensar. Aqui para o Senhor Presidente da Assembleia, eu penso que é um dos papéis da Assembleia é fiscalizar o Executivo, Senhor Presidente, penso que não estou enganado. Eu pergunto se alguma vez o senhor teve conhecimento da CADA, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos ter-lhe chegado uma recomendação à Junta de Freguesia de Galveias? Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Se o senhor alguma vez teve conhecimento que a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos recomendou a Junta de Freguesia de Galveias sobre algum assunto? Outro assunto é se o senhor alguma vez leu a ata n.º 12 de 2021, Fl. Nº. 5, porque penso que é bastante grave o que foi aprovado nessa ata, em que em base no testamento, não existe qualquer cláusula no testamento sobre este assunto. Portanto, penso que até se deve criar uma comissão para fiscalizar e ver o que se passou nesta reunião do Executivo. Senhora Presidente, e já agora, pedia também se puder ter acesso a tudo o que o Calçado Guimarães mandou para a Junta de Freguesia e o porquê desta rescisão deste contrato. Não, agora é para a Senhora Presidente, peço desculpa. Em relação ao projeto que está na Câmara de Lisboa, eu pergunto também se estará homologado pela Assembleia de Freguesia, com base no testamento, ou não? Isto para a Senhora Presidente. Porque é que foi indeferido o processo, Senhora Presidente do prédio dos Remolares do arranjo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

da cobertura à Câmara de Lisboa? E também tenho dúvida com esta situação, e eu pergunto sempre pelo Infantário de Galveias, porque penso que é de onde vêm as crianças, e são o mais importante, e pergunto quais são as medidas que o Executivo tem praticado para reconstruir o prédio, para tudo e mais alguma coisa que seja. Penso que é o edifício mais importante que a Junta de Freguesia de Galveias tem, neste momento. Não sei se é dela ou não, mas também não me diz respeito, o importante são as crianças.” -----

----- O Senhor Presidente explica que normalmente lê todas as atas e não se recorda “de nada que pudesse pôr em causa o testamento.” -----

----- A Senhora Cecília explica que “A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos enviou a resposta a Junta de Freguesia de Galveias, dizendo que a Junta de Freguesia não tinha qualquer...” A partir daqui não foi possível clarificar a situação porque o Senhor António João Mendes repetidas vezes interrompeu a Senhora Cecília, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia concluiu dizendo que “Numa próxima oportunidade este assunto seria esclarecido” .-----

----- O Dr. António Danado explica que: “Um parecer emitido pela Comissão é o parecer N.º 28 de 2021 da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, fruto do processo N.º 656/2020, remetido, queixa do Sr. António João Santos da Costa Canejo Mendes à Junta de Freguesia de Galveias e no final do respetivo parecer, vou às conclusões, porque devem com os pareceres emitidos no âmbito do procedimento, no sentido de ser facultado o acesso ao parecer requerido. Por ter solicitado o parecer, entretanto, parecer emitido pelo jurista da Junta, eu próprio, no sentido de ser dada continuidade ao procedimento por hasta pública destinado ao arrendamento do prédio da Avenida da Liberdade, 15 e 27, Lisboa. O Executivo, depois de analisar e tendo em conta o respetivo parecer, deliberou dar continuidade ao processo, de acordo com o respetivo parecer. Fui eu que o dei e, portanto, com autorização da Senhora Presidente, se calhar será mais fácil também explicar o conteúdo do parecer. De facto, estávamos aqui perante uma situação de processo judicial.” -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- O Senhor António João diz que a sua pergunta foi clara, “o Senhor Presidente da Assembleia teve conhecimento do sucedido?” -----

-----O Senhor Presidente explica que “naturalmente, tive.” E acrescenta, “No entanto, se pudesse enviava os dados para podermos ver com mais rigor, que eu não tive oportunidade de escrever.” -----

----- O Dr. António Danado explica que “Nós temos um parecer favorável, este teve a ver, com a gestão do arrendamento da Casa de Galveias, do arrendamento do 21. Que tinha a ver com dois procedimentos judiciais que tinham dado entrada em relação ao 21, e que dei um parecer no sentido - e isso assumo porque dei parecer no sentido – porque já havia uma decisão judicial no sentido de que se podia. E, como o recurso era devolutivo e não suspensivo, o que dizia a própria sentença e o despacho que determinou o efeito do recurso deu um efeito devolutivo. Permitam-me que explique o que é que quer dizer efeito devolutivo e efeito suspensivo. É importante também que saibamos, que é para depois. O Juiz e a própria Lei determinam nalgumas situações qual é que é o efeito que é dado ao recurso. Em primeira instância, numa ação promovida – que foi falado aqui na Assembleia, na primeira decisão judicial, em sentenças em primeira instância, foi dada razão à Junta de Freguesia, no tocante à matéria e, as partes não satisfeitas, recorreram da decisão. As pessoas que tinham interposto a ação, os Autores - a Junta de Freguesia tinha aqui a qualidade de Ré - recorreram da decisão. O Juiz pode decidir uma coisa, enquanto houver recurso a Junta de Freguesia não pode fazer nada e tem que ficar tudo parado, ou pode decidir outra coisa, que é: há um recurso, sim senhor, está para apreciar, mas, enquanto o pau vai e vem, como se diz aqui no Alentejo, folgam as costas, avancem e comecem a trabalhar nos assuntos, senão, permitam-me a expressão também muito corriqueira, nem o pai morre nem a mãe almoça. E foi nesta situação, como o Juiz atribuiu o efeito devolutivo ao recurso, do meu parecer foi no sentido de neste momento o não avançar com o procedimento causa prejuízo à Junta de Freguesia. Ora, não tem sentido nenhum, tendo em conta que já temos uma decisão a nosso favor e o Juiz dá efeito devolutivo ao recurso, nós estarmos aqui parados à espera, mais uma vez, mais uma expressão idiomática de sapatos de defunto, porque não é isso



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

que nós podemos fazer. Após a receção da carta e do parecer da CADA, foram dadas - eu não sou administrativo da Junta, eu sou apenas jurista na Junta –foram dadas instruções à Junta de Freguesia para remeter por carta registada com aviso de receção ao Requerente e foi dada informação à CADA da remessa, pelo menos foi-me mandada com o conhecimento a informação que foi dada à CADA, por email. E foi a informação que eu prestei à Senhora, o parecer.” -----

-----O Senhor António João repete que “A minha pergunta foi clara. Perguntei se o Presidente da Assembleia tinha tido conhecimento, ou não, porque nunca vi nenhuma ata do Executivo, nem em nenhuma ata da Assembleia... À segunda, não sei se me respondeu, desculpe lá...Ah, sim também disse que ia ver.” -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia respondeu dizendo “Não disse que ia ver. Eu disse que vejo, normalmente, todas as atas e não me lembrava de nada que pudesse pôr em causa o testamento.”-----

----- A Senhora Presidente responde as questões feitas pelo público: “Relativamente à questão da cortiça colocada pela D. Joana Elisa, a extração da cortiça e a venda da cortiça foi alvo de procedimentos públicos, que estão publicados. Mas, eu posso dizer-lhe, porque tenho de memória, não tenho o preço exato da arroba de cortiça, mas está prevista a extração de cerca de 30.350 arrobas. Vamos ver se o clima e as condições climáticas que vivemos este ano nos permite a extração dessa cortiça que está prevista. E está lá, quais são as herdades onde ela é extraída. O preço também foi alvo de um procedimento público e também foi publicado o valor, o preço por arroba. E, nós não temos nunca a preocupação de esconder o que quer que seja, antes pelo contrário, e estes valores estão publicados, porque os procedimentos foram públicos. Relativamente à conservação das propriedades e à verba que possa eventualmente ficar desta extração de cortiça para a conservação das propriedades, também posso acrescentar-lhe que a Junta de Freguesia tem procedido à conservação e à prevenção de incêndios, minimamente, e à requalificação até da floresta e do montado, sem receber a verba da cortiça deste ano. Todos os anos se fazem aceiros, limpezas de árvores mortas, porque estão doentes e estão mortas, e se continuarem lá continuam a infestar



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

as demais. Essa preocupação nós temos feito, temos tido todos os anos e continuamos a ter, independentemente do recebimento da cortiça, ou não. Tanto que já foram plantados sobreiros, pinheiros e não foram tão poucos, porque são, os pinheiros são 60 hectares, nos sobreiros foram cerca de 13 hectares que foram replantados, para além da replantação procurando substituir os que têm estado a ser cortados e arrancados, e principalmente arrancados, também temos essa preocupação, porque as cepas se lá ficarem continuam a infestar. Independentemente do valor que possa ser investido no futuro, já estamos a fazê-lo desde que cá chegámos. E, já agora, deixar aqui como nota: no primeiro ano de mandato que eu desempenhei funções como Presidente da Junta, foram cortados 5 mil sobreiros mortos. Já estavam mortos, não é uma coisa que aconteça de um momento para o outro. Em 2017 foram cortados 5 mil, em 2018 foram 8 mil, e continuamos a cortar, porque infelizmente eles continuam a ficar doentes e a morrer. Mas também tive a preocupação de cuidar dos que estão bons e de repor, plantar de novo. E é isso que temos estado a fazer, independentemente da verba desta colheita. E, já agora, também relativamente a esta questão, é claro que nós temos planos e estão plasmados, quer no orçamento que a Assembleia de Freguesia aprovou, quer depois nas prestações de contas, quando as fazemos, e a Assembleia já apreciou a prestação de contas do ano passado neste mandato. Nós, todos os anos o temos feito, temos tido a preocupação de prever sempre investimentos nesta matéria e também de prestar contas dos investimentos que temos feito. E, para isso, a Junta de Freguesia também se apetrechou, desde que chegámos à junta, desde 2017 já comprou tratores, reboques, já comprou outras máquinas, e alfaias, para poder trabalhar, porque quando chegámos à Junta de Freguesia, havia um trator e hoje nós já comprámos 4, e estamos convencidos que pode ainda não chegar. E, se as necessidades mostrarem que não chega, continuaremos a investir e continuaremos a trabalhar para cuidar daquilo que é de Galveias, independentemente se é um trabalho que tenha efeito agora – que eu não estou preocupada com as eleições que vêm daqui por quase 4 anos - estou preocupada é em garantir que na minha terra o trabalho que estou a fazer possa servir os meus conterrâneos, os que cá estão e os que possam vir. É esta a nossa preocupação, e é assim que temos feito e vamos continuar a fazer. E, já agora dizer também, tenho agora aqui



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

o preço da cortiça, mas isto está em procedimento público, Sr. António João, porque foi publicado, e nós não escondemos nada, apesar de haver quem nos queira fazer crer, nos queira pintar esse quadro. Mas, foram 45,12 euros por arroba, o que está contratualizado com a Corticeira Amorim. E é a Corticeira Amorim a compradora, porque foi a que apresentou melhor proposta, é a compradora da cortiça da Freguesia de Galveias. E, também a Corticeira Amorim nos tem ajudado a desfazer algumas das preocupações com que nos confrontamos, nomeadamente com a extração de cortiça. Nós não temos nada escondido, não há aqui nabos em sacos. Estamos perfeitamente à vontade. Relativamente à Avenida da Liberdade e à vontade do testador, poderíamos enveredar aqui por uma discussão jurídica, e então o Sr. Dr. António Danado poderia explicar aqui muito bem o que é que era a vontade do testador em 1965, que é a data do testamento, porque ele faleceu em julho de 1967. O que era a vontade do testador, nessa altura, o que era a estrutura jurídica e política do país nesse tempo, qual era o papel das Freguesias e das Juntas de Freguesia, nesse tempo, e qual é hoje o quadro das suas atribuições e competências, e aquilo que é hoje a responsabilidade da Junta de Freguesia de Galveias, minha e dos meus 2 colegas, e dos outros todos que por cá passaram e dos que hão-de vir, relativamente à gestão desta Freguesia com este património. Também o contrato que está firmado com a empresa resulta do caderno de encargos e do programa que colocámos no procedimento público que fizemos para arrendamento do prédio, e está lá a exigência da manutenção da história daquele prédio e a manutenção da Casa de Galveias, como um dos espaços do prédio. Mas, é preciso ter a noção de que estamos em 2022, não estamos em 1965. E hoje, o cenário quer do ponto de vista da utilização daquele prédio, quer do ponto de vista do que são as atribuições e competências da Junta de Freguesia, quer do que é também hoje diferente da vida da sociedade do que era naquela altura, neste contrato e nesta obra tinha que se refletir. Porque nós todos sabemos que um povo sem história é um povo sem memória. E quem se preocupa culturalmente com a defesa da nossa identidade cultural e histórica, também sabe isso. Mas, uma coisa é essa identidade cultural tem que ser também olhada e avaliada com os olhos na evolução que a própria sociedade em si tem tido. Não queremos hoje que seja instalada na Casa de Galveias em Lisboa um espaço onde haja



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

uma enfermeira para poder cuidar de quem lá vai, porque hoje os enfermeiros têm outro estatuto, e muito bem, e têm outro tipo de trabalho, e muito bem. E não é possível hoje à Junta de Freguesia assegurar uma entidade dessa natureza. Naquela altura, o quadro jurídico do país era um, hoje é outro. As atribuições e competências das Juntas de Freguesia, naquela altura, eram umas, hoje são outras completamente distintas. E mantendo a nossa história, mantendo a nossa identidade, não podemos voltar quase 60 anos atrás para implementar a Casa de Galveias, no prédio da Avenida da Liberdade. Mas, a referência e a colocação do espaço com essa identidade, estará lá. E estará lá, porque foi colocado como exigência no contrato que firmámos com a empresa. E a empresa, se calhar, até terá que gastar mais algum dinheiro do que aquilo que era suposto, se nós não tivéssemos posto e imposto essa exigência. A vontade do testador tem que ser lida também pelos olhos de quem viveu nessa altura e que vive agora. E o percurso todo que ocorreu em todos os aspetos da vida que eu aqui referi. Relativamente ao recheio, está no nosso Núcleo Museológico, e manter-se-á. Não queremos, e não queremos ser acusados, porque não temos essa vontade também, de ser acusados de que deixámos ou mandámos embora o património que é nosso. E, já agora também, vale a pena referir, se há aqui algumas pessoas que ainda não visitaram o Núcleo Museológico, ficam convidados a visitar, para ver o que é que lá está arranjado, mas deixo já aqui esta nota: há um conjunto de bens que ainda não estão tratados em condições de poderem ser expostos, ainda estão guardados. E esse trabalho nós estamos a fazê-lo, ao contrário de ter sido amontoado e ser um monte de lixo, era aquilo a que chamavam “o museu”. Era um monte de lixo e de pó e de madeiras desmontadas, era o que lá estava, com colchões podres, com roupas podres, com tudo. Já me vieram perguntar a mim: - “Onde é que está a roupa do Senhor Comendador?” E eu disse: - “Olhe, tem que perguntar a quem andou lá a fiscalizar e a fazer inventários e levantamentos quando as coisas vieram de Lisboa, o que é que lhe fez!”. Porque eu sei que foi quando, tem que se lhe perguntar: “o que é que lhe fez?!”. Talvez até a D. Joana Elisa nos possa ajudar a esclarecer nesse sentido, porque também lá andou com o marido. Dizer o que é que, efetivamente, foi feito disso. Porque naquelas condições, com humidade a montes, apodreceu tudo. Não venham perguntar a quem chegou em 2017



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

à Junta de Freguesia pelas roupas do Comendador, quando elas vieram para aqui em 2012 e em 2017 estavam podres. Há coisas que nós temos que ter a noção da evolução do tempo. E este tempo de 2008 a 2017, e nós começámos a trabalhar nisto em 2017-2018, passaram muitos anos, e estragaram-se muitas coisas. Mas, ainda assim, há coisas que não estão estragadas e que estão para recuperar e que ainda podem ser expostas e repostas. Relativamente ao recheio da Avenida da Liberdade, na minha perspetiva é muito bom que esteja aqui, que os Galveenses conheçam o que é que lá estava, porque eu não tenho muitas dúvidas que não houve muitos Galveenses que tivessem visitado o prédio da Avenida da Liberdade, quando ele estava no seu auge. Não tenho muitas dúvidas, que não foram muitos. Não foram, se calhar, nenhum. Mas, estando aqui exposto o espólio do que de lá veio, o que sobrou do que lá estava, porque não nos podemos esquecer, o prédio foi alvo de um incêndio, foi alvo de vandalismo, foi alvo de pilhagem, foi alvo de tudo e mais alguma coisa. Foram aos tubos de cobre que estavam metidos na parede, foram às torneiras que tinham importância e levaram, as loiças das casas de banho foi tudo vandalizado, e quando eu lá fui visitar, em 2017, já estava assim. Mas o que foi possível recuperar, que está ali, e o que não apodreceu desde que veio de lá até 2017, está uma parte recuperada e outra parte em recuperação. Relativamente ao recheio do prédio está o que sobrou, não é o recheio todo que ali está. É bom termos esta noção. O que ali está é o que sobrou do combate ao incêndio, do que molhou, que danificou e depois o que ficou molhado e com as cinzas e com os fumos e com tudo em cima durante anos, quando chegou a ser pegado para trazer para cá, e depois transportado de qualquer maneira, foi sofrendo mais agressões, foi degradando mais. Só em 2017 e 2018 é que começámos a limpar e a fazer, e a pôr em condições, e há uma parte que ainda não está, já está é limpa do lixo, mas preservada e conservada enquanto tal, enquanto peças, ainda há algumas que não estão. E este trabalho é um trabalho longo, que se vai fazendo e, na minha perspetiva é para que os Galveenses conheçam o que lá estava, o que sobrou do que lá estava, porque o que aqui está é o que sobrou. De qualquer modo, é preferível, na minha opinião, estar ali exposto, que os Galveenses e quem nos visita, possa conhecer, em vez de estar fechado, ou de voltar para aquele espaço. Porque o que possamos ter como noção da Casa de Galveias hoje, não é a Casa



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

de Galveias que era daquele tempo da vida do Senhor Comendador. Eu volto a repetir, aquela Casa de Galveias previa aos Galveenses que fossem a Lisboa, aos hospitais, ou tratar de outros problemas, até a proposta está escrito no testamento que podiam ser pagas as viagens de volta a Galveias por comboio, como é que os Galveenses hoje viriam para as Galveias? A pé, digo eu, porque já não temos comboio, sequer, a chegar até aqui. Nunca tivemos até Galveias e agora até por Ponte de Sor são uma miragem, não é? O ter lá uma enfermeira que pudesse acompanhar quem lá fosse para ir aos hospitais, isso hoje é completamente descabido. É preciso olhar a Casa de Galveias com os olhos de hoje, com aquele espírito, com aquele princípio de apoio aos Galveenses, isso está colocado no contrato da empresa, apoios e reconhecimento de situações de exceção para os Galveenses que vão a Lisboa, inclusivamente para poderem tratar dos seus problemas e poderem ficar lá instalados. Mas, não podemos pensar hoje com a realidade de 1965, porque hoje estamos, passados estes anos todos, estamos mais à frente, e estamos com mais 57 anos do que naquela época. Portanto, isto relativamente ao prédio, é o que se me apraz responder.” -----

----- A Senhora Joana Elisa explica que tudo o que “eram coisas de vestir e tudo isso não veio nada. Por isso tem interesse, já que eu andei lá a ajudar no inventário, as coisas estavam uma calamidade, a maior parte estava estragado, e o que existia estava mais ou menos. Aqueles sofás que eram da Avenida da Liberdade, aquelas pratas também estavam todas estragadas, molharam-se e foram metidas dentro de caixotes. As pessoas pensavam que a família Marques Ratão tinha muita coisa, para mim foi uma desilusão. Não era assim uma casa tão, pratas tinha, isso tinha! Agora, outras coisas, não! A roupa, tanto do Dr. Mário acho que veio muito pouca coisa. Muito pouca coisa!” A Senhora Joana Elisa pergunta: “A Casa de Galveias certamente que não vai ser feita nos módulos do testamento, certo?” -----

----- A Senhora Presidente explica que é respeitando o testamento, mas à luz dos nossos dias e que será no primeiro andar do prédio. -----

----- A Senhora Joana Elisa esclarece que o testamento não faz referência ao andar todo, mas sim a algumas salas. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

----- A Senhora Presidente esclarece que *“Isso está previsto no contrato com a empresa e está salvaguardado.”* E completa: *“A senhora fez-me lembrar o estado em que as pratas estavam quando nós abrimos os envelopes timbrados da Junta de Freguesia que foram colocados quando o inventário foi feito aqui em Galveias, as pratas foram metidas em envelopes e estavam, eu não sei como é que elas estavam quando vieram de Lisboa, mas vi como é que elas estavam e há fotografias, a Junta de Freguesia tem fotografias sobre isso. É que, estavam pejudadas de ferrugem, porque foram mal guardadas. Se estavam mal guardadas dentro de caixotes, os envelopes, a seguir, ficaram igual.”* -----

----- Relativamente às perguntas do Sr. António Mendes, a Senhora Presidente responde dizendo que *“as casas de Flor da Rosa, Sr. António Mendes, o senhor anda um bocadinho desatento, também tem lido pouco as atas da Junta de Freguesia porque, não as tem lido todas, e não tem lido tudo, seguramente. Porque também há uma ata que eu não consigo dizer agora qual é, mas como o senhor tem muito tempo disponível e também pode andar sentado, pode fazer esse trabalho, há uma ata que fala do contrato que foi estabelecido entre a Freguesia de Galveias e a Câmara Municipal do Crato. E as casinhas do Ratão estão arrendadas à Câmara Municipal do Crato para a Câmara Municipal do Crato usar como casas de habitação, para realojar famílias. E, portanto, esse problema também está salvaguardado. Posso dizer-lhe que são 65 euros por mês que a Junta de Freguesia recebe, de cada uma das 5. Relativamente ao cheque dos 500 mil euros, ao contrário do que o senhor me acusou na Polícia Judiciária e no Ministério Público, a mim e ao Dr. António Danado, o cheque dos 500 mil euros, está descontado, está ao serviço da Freguesia de Galveias e está na conta bancária da Junta de Freguesia, a servir os Galveenses e a atividade da Junta de Freguesia. Relativamente ao Sr. José Nunes, eu não recusei aqui qualquer homenagem, não foi isso que eu disse, o senhor está um bocadinho desatento, de facto aqui, pronto, deve ser problema de audição. O que o senhor disse foi que eu que recusava homenagem. E eu, o que disse foi que ele também foi das pessoas que estiveram a usufruir do rendimento do testamento. E o que eu disse foi a propósito de uma questão colocada ao Sr. Augusto explicando que o Sr. Augusto disse de forma incorreta, ou pelo menos pelo que eu percebi, que se não fosse*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

ele não haveria herdades propriedade da Junta. E o que eu disse foi que ele também foi uma das pessoas que usufruíram dos rendimentos das terras, porque era o secretário particular do Senhor Comendador e foi depois o testamenteiro durante muito tempo, e foi o gestor da própria herança. Se o senhor merece estátua ou não, a Junta de Freguesia não tem estado preocupada com isso, tem estado mais preocupada com questões mais urgentes, como as que eu referi aqui, as questões de segurança dos rendeiros dos espaços de que a Freguesia é proprietária. As questões de segurança ao nível do gás, ao nível da electricidade, enfim, a outros aspetos, a questão dos telhados, tanto que realojámos duas famílias que viviam no Cais do Sodré. Realojámos, requalificámos um dos apartamentos da Visconde de Valmor para realojar um casal e mais uma senhora dos que moravam no último piso do prédio nº 28, para impedir que o telhado lhe pudesse cair em cima. Nós temos tido essas preocupações e temos feito mais trabalho por aí, porque, eu por vezes digo e assumo, muito do trabalho que tenho feito como Presidente da Junta de Freguesia de Galveias nestes 5 anos que levo de mandato tem sido um bocadinho quase como comparado com o dos bombeiros. Mas, os bombeiros fazem um trabalho mais difícil do que o meu, que eu, o combate aos incêndios é uma coisa que eu não conseguiria fazer, e eles fazem-no e fazem-no muito bem. Mas, na gestão da Junta de Freguesia, esse tem sido um bocado o meu papel, não tive ainda no meu espaço de tempo, de mente de trabalho, um bocadinho que pudesse dedicar à possibilidade da constituição de uma homenagem ao Sr. José Augusto Nunes ou qualquer outro Galveense, porque seguramente há muitos Galveenses que mereciam ser homenageados, e nós até aqui apenas conseguimos por uma missão de paz. E de defesa da paz, optámos antes desta guerra hedionda que está aí em curso. De que se fala muito, mas em nome da inexistência desta e das outras todas que existem no mundo, e das que já nos afetaram a nós, porque ceifaram vidas de jovens nossos, queridos, de Galveias e do nosso país. Aquela guerra sem sentido, injusta, profundamente injusta também - porque todas elas o são - foi com esse objetivo de contra as guerras, a favor da paz, que criámos o memorial às vítimas das guerras em que Portugal esteve envolvido, e que estão ali, nomeadamente as vítimas do colonialismo, que foram ceifadas vidas de jovens Galveenses, e que estão aqui homenageados. Esses procurámos homenagear e



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

orgulhamo-nos dessa homenagem. Mas o nosso trabalho na Junta de Freguesia vai muito para além desse reconhecimento e dessa homenagem, que muitos outros merecerão e merecem, porque há muita gente que tem dado muito a esta terra, e que merece ser reconhecida. Mas, sinceramente, não tivemos ainda oportunidade de nos poder debruçar sobre essas possibilidades porque, temos tido sempre, ao longo do tempo grandes emergências para ter que responder. Pronto. Isto relativamente à questão da homenagem ao Sr. José Augusto Nunes, mas, com o devido respeito pelo histórico que o senhor teve na nossa Freguesia, e isso é conhecido. Eu não sou, nem sou historiadora, nem sou a única defensora da verdade. E respeito a opinião de toda a gente e havemos de respeitar e continuar a respeitar, porque a vida em democracia é isso mesmo. Depois, relativamente à documentação do Calçado Guimarães, pronto, avaliaremos a possibilidade de lhe poder fornecer essa documentação, se isso for possível do ponto de vista das normas legais, e também, da informação dessa troca de correspondência. Mas, deixar aqui claramente aos Senhores Membros da Assembleia de Freguesia de Galveias que a nossa preocupação tem sido sempre cumprir a Lei e até aqui eu ainda não fui presa, apesar de já ter respondido a 6 providências cautelares, mais uns quantos processos jurídicos, ainda não fui presa, ainda estou aqui a falar convosco, e não fui condenada em nenhuma, é porque afinal o meu trabalho enquanto Presidente da Junta de Freguesia não tem essas fugas à Lei que, por vezes, parece que se pretende fazer crer. Relativamente ao projeto que está na Câmara Municipal de Lisboa, a Assembleia de Freguesia foi informada de que existe esse projeto e foi entregue na Câmara para avaliar e aprovar, ou fazer alterações. Isso é uma coisa que a nós não nos diz respeito, é um problema entre a empresa e o Município de Lisboa. Os Senhores Membros da Assembleia, se tiverem interesse, nós temos uma cópia do projeto na Junta, está lá, podem consultá-lo, quando entenderem. Este aspeto não trouxe aqui, mas trouxe a informação e temos falado desta questão e tenho trazido informação da evolução deste processo, ao longo das reuniões das Assembleias de Freguesia. Depois, o que a Câmara Municipal de Lisboa - também mais uma vez o Sr. António Mendes está desatento, devia estar com outra coisa em mente, porque o que a Junta, o que eu disse aqui que a Junta foi impedida pela Câmara de Lisboa, não foi de recuperar a cobertura,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

isso estamos a fazê-lo. O que a Junta de Freguesia foi impedida foi de colocar uma proteção nas paredes, para que bocados de fachada que pudessem cair, ficassem ali, em vez de ir parar ao chão. Mas, pronto, foi isto, foi isto e não vale a pena repetir mais. Relativamente ao Infantário, ao prédio do Infantário e às obras que são necessárias, o Infantário é um edifício, está instalado num edifício que é propriedade da Junta e da Freguesia de Galveias, também por legado do Senhor Comendador Assis Roda. E, já agora, também dizer aqui, o Infantário está gratuitamente naquele edifício, e muito bem. E, portanto, à Freguesia de Galveias, que é o edifício do Infantário, também tem um conjunto de regras, e também ficou como o Comendador José Godinho de Campos Marques deixou normas, o Comendador Assis Roda também deixou. E deixou, inclusivamente, naquela altura, uma pequenina fortuna, que eram 3 mil contos, na década de 50, no Banco, para garantir com esse rendimento, com os juros, garantir a gestão da Instituição e a conservação do edifício. Nós sabemos que, pronto, o dinheiro gasta-se como os seres humanos decidem que ele se gaste. Não compete à Junta de Freguesia saber como é que aquela entidade privada fez a gestão ou faz a gestão do que é o seu. Mas, também sabemos, o Infantário Dona Anita, neste momento, é uma Fundação, chama-se Fundação Infantário Dona Anita, e uma entidade privada, também. E, volto outra vez a referir, nos termos das competências e das atribuições das autarquias locais e da Junta de Freguesia de Galveias em particular, há normas que nós precisamos considerar. E, já agora, dizer: há muito boa-fé da parte da Junta de Freguesia de Galveias, não apenas hoje, que sou eu que estou cá Presidente de Junta, mas tem havido sempre. Como tem havido também da direção do Infantário Dona Anita. Mas não há uma letra escrita entre as duas entidades sobre a cedência e a utilização daquele edifício. Não há uma letra escrita. Mas, sabe-se que o Infantário Dona Anita está naquele edifício. Se calhar, nem todas as pessoas das Galveias sabem que o edifício é propriedade da Freguesia de Galveias. Mas, é assim que está, e não há uma única letra escrita de entendimento entre as duas entidades. A Igreja da Misericórdia, que é um monumento classificado de interesse - é o único classificado do Concelho de Ponte de Sor - é também propriedade do Infantário, da Fundação Infantário Dona Anita, e é a Junta de Freguesia que cuida dela. E os mais novos não se lembrarão, mas eu lembro-me bem que aquela



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Igreja teve sentença de morte. Ela esteve para demolir, e foi a Junta de Freguesia de Galveias, o Presidente António Augusto, que decidiu que não, não ia cair, e reconstruiu-a. Poderia ter feito, como por vezes algumas habilidades acontecem, o Presidente da Junta até poderia ter feito a habilidade seguinte: “reconstruo a Igreja e a Junta de Freguesia fica proprietária dela”. Mas, não o fez, e não o fez porque era sério, porque poderia tê-lo feito. E até mais: aquele edifício, neste momento, do ponto de vista do registo da Conservatória, nem sequer tem proprietário. A propriedade está omissa no seu registo. Mas, a Junta de Freguesia reconhece que aquela igreja é propriedade da Fundação Infantário Dona Anita, é um protocolo assinado entre as duas entidades, que reconhece a propriedade da Fundação Infantário Dona Anita e reconhece a posse à Freguesia e à Junta de Freguesia de Galveias. E, enquanto esse protocolo durar, vai até 2031, se a memória não me falha, será assim. E todos os Executivos estão a respeitar, e muito bem, este princípio. Portanto, podemos argumentar em nome do apoio às crianças, em nome do apoio às famílias jovens, em nome do que quer que quisermos, mas é bom termos a noção – e eu volto a referir – as atribuições e competências de cada uma das entidades, são para ser cumpridas por cada uma das entidades. E a Fundação Infantário D. Anita tem uma direção própria, autónoma, que se respeita, naturalmente, e que tem contratualizado com as entidades competentes as formas de financiamento para o desenvolvimento da sua atividade. Não vale a pena andar a querer crucificar a Junta de Freguesia e a sua Presidente, para dizer que o Infantário precisa de obras. Pois, o Infantário precisa de obras, os edifícios todos da Junta de Freguesia precisam. Todos, não há um que se escape. Só agora ali a Casa do Outeiro, que está acabada de construir e os casões da cooperativa, que foram acabados de requalificar. Mas, ainda assim, é necessário fazer obras. Agora, temos todos e cada um, de assumir as nossas competências e as nossas responsabilidades. E fazer por elas. E, é isso que nós na Junta de Freguesia temos procurado fazer e estamos disponíveis para continuar a fazer. Porque no apoio às crianças da Freguesia, a Junta de Freguesia criou condições. Tanto que tem e está a rever para subir o regulamento para incentivo à natalidade. Está a rever para subir o valor. É um reconhecimento dos jovens casais, que têm aqui um apoio específico para poderem aqui constituir família e ter os seus filhos. Mas, a Junta de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

Freguesia fez mais. Está a apoiar as famílias com as crianças desde que nascem até que entram para o primeiro ciclo, com o apoio financeiro de 50 euros por mês a cada criança. Quando chegámos, quem tinha esse apoio eram as crianças que frequentavam o Infantário Dona Anita. E a forma de canalização das verbas estava feita fora da Lei. Corrigimos esse aspeto e alargámos esse apoio, porque nem todas as crianças de Galveias frequentam o Infantário, mas todas as crianças que estão cá em Galveias têm que ser olhadas pela Junta de Freguesia de modo igual. E estamos também a criar regulamentos e a encontrar formas de apoio para as crianças a partir de que entrem na escola. Depois, também há o regulamento de apoio para as bolsas de estudo no ensino superior. E esta preocupação nossa é permanente, é diária. E olhamos para o todo, considerando que estamos numa terra em que há este universo de moradores, de habitantes, e queremos servir a todos de modo igual. E o servir a todos de modo igual não é servir de forma igualitária. É de acordo com aquilo que a Freguesia tem possibilidade de fazer de acordo com os seus meios, e esta Junta de Freguesia tem possibilidades que outras Juntas não têm. Porque, se calhar, ali a Junta de Freguesia de Aldeia Velha é capaz de não conseguir dar estes apoios à primeira infância como a Junta de Freguesia de Galveias faz, porque o orçamento que ela tem e os meios que ela tem são outros. E, aqui sim, podemos considerar que há uma certa forma de distribuir o que é rendimento do património que veio parar à Freguesia de Galveias por legado do Senhor Comendador José Godinho de Campos Marques. Mas, também o é porque os Executivos vão trabalhando nesse sentido e vão criando também as possibilidades que existem de procurar meios, de procurar condições, e mesmo materiais para poder cumprir este desiderato. E, portanto, relativamente à questão da carta da CADA, da recomendação da CADA que o Sr. António João Mendes aqui coloca, eu às vezes fico assim um bocado na dúvida, porque a recomendação da CADA, porque o senhor pergunta ao Senhor Presidente da Assembleia, mas quem está todos os dias a trabalhar para responder às suas múltiplas perguntas é a Junta de Freguesia, porque o Senhor Presidente não está a tempo inteiro, nem pode estar, e tem a sua vida e está fora de Galveias. E, então, essa também me veio parar a mim, a responsabilidade, e já agora, posso dizer aqui a toda a gente que a Junta de Freguesia tem uma boa coleção de cartas registadas com aviso de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

receção, que foram enviadas a este senhor, porque ele diz que mora na Rua de Santo António, n.º 65 e as cartas foram para lá e vieram devolvidas, porque ele não mora lá, mas diz que é a sua morada. E as cartas foram e vieram devolvidas, que ninguém as foi levantar. Temos uma larga coleção de cartas.” -----

----- O Senhor António Mendes diz “Eu, ao menos, tenho cá a residência.” -----

----- A Senhora Presidente explica: “Eu não tenho cá a residência, é isso que está a querer dizer, mas tenho cá a minha família e tenho cá o meu amor à minha terra!” -----

----- O Senhor António João Medes diz que ambos tem o mesmo sentimento. -----

----- A Senhora Presidente esclarece que “a minha dúvida quando falo com este senhor, é: como é que ele se chama? Se ele se chama António João Santos da Costa Canejo Mendes ou se ele se chama António João Santos Vilela Mendes. Tenho esta dúvida, mas pode ser que um dia a consiga esclarecer. Muito obrigada.” -----

----- O Senhor António João Mendes pergunta “Qual é a cláusula testamentária que fala que a Casa de Galveias terá uma loja?” -----

----- A Senhora Presidente explica que “o senhor está aqui a querer criar uma situação de instabilidade, mas tem que procurar outro espaço, sabe?” -----

----- O Senhor António João explica que “Não, eu estou à espera duma resposta.”-

----- A Senhora Presidente diz que “o senhor, se calhar até nem mereceria a minha resposta, porque o senhor está envolvido em processos judiciais contra a Junta de Freguesia e contra mim, devia estar muito sossegadinho. Porque estas coisas têm as suas regras! O senhor parece que não as conhece, mas elas existem, e eu gosto de as respeitar, porque só posso contestar aquilo que conheço e aquilo que eu possa estar em desacordo, mas tenho que conhecer e tenho que cumprir. Que é o que o senhor não faz. Nesse princípio, é assim que nós nos movemos, porque eu, se calhar, nem sequer lhe devia até responder, porque nunca foi dito em lado nenhum que a loja é a Casa de Galveias, mas o senhor está aqui a querer baralhar. É que nós estamos a preparar, mas espere, já agora também não desvendo ainda muito que é para você manter a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GALVEIAS

curiosidade e depois ir para as redes sociais, quando for publicado. Mas há-de aparecer no rés-do-chão algo de promoção de Galveias, porque é essa a nossa preocupação, é a preocupação do José Luís Peixoto, é a preocupação dos Galveenses de bem, que querem trabalhar pela terra e que querem divulgar e engrandecer a nossa terra. E, portanto, espere mais um bocadinho, eu sei que está um bocadinho curioso, que depois há-de aparecer a divulgação do que é que vai acontecer na loja.” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia Luís Armando Rodrigues Soeiro, declarou encerrada a reunião do que, para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata e, vai ser assinada por mim Carlos Manuel Casaca Valente, que a redigi, e pelo senhor Presidente da Assembleia, de acordo com o artigo trigésimo do regimento em vigor. -----
